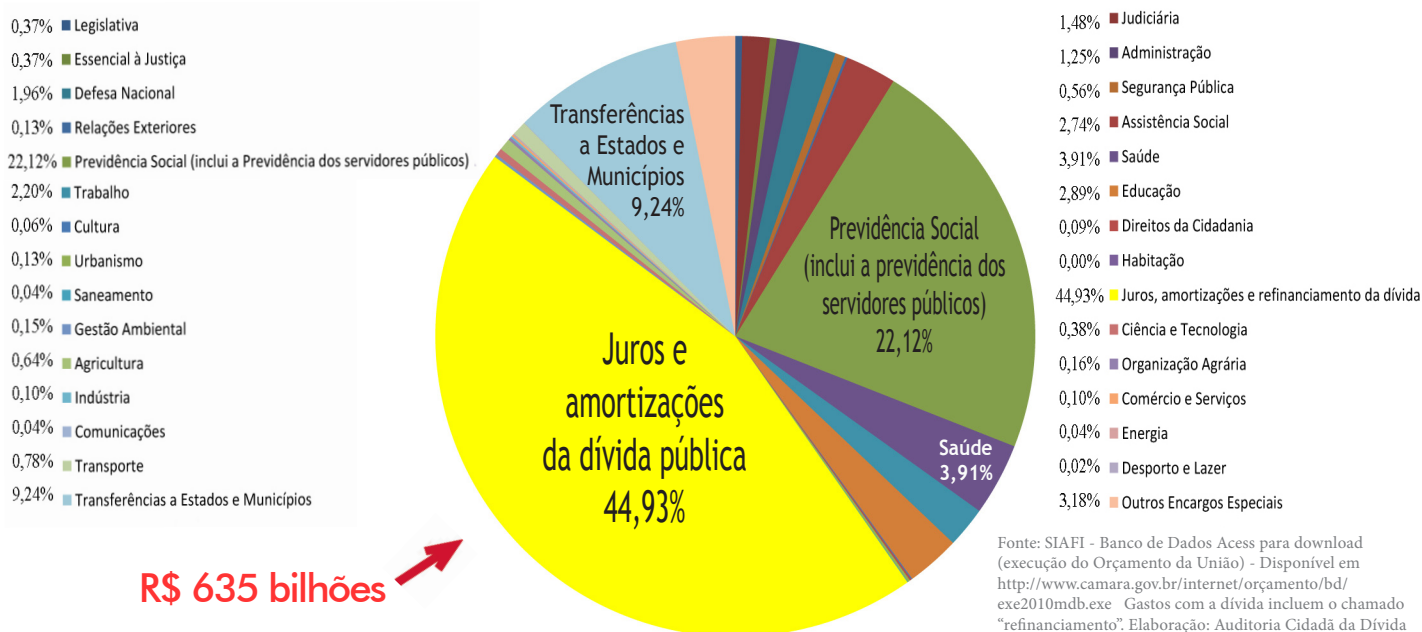




A DÍVIDA PÚBLICA consumiu 45% dos Recursos da União em 2010, subtraindo DIREITOS SOCIAIS

Orçamento Geral da União - 2010 - Total: R\$ 1,414 TRILHÃO



Em 2010 foram gastos quase R\$ 2 bilhões por dia com a Dívida Pública. Quem paga essa conta?

VOCÊ! Sua família, todos os brasileiros pagamos a Dívida Pública de várias formas: pagamos diretamente por meio dos tributos embutidos em tudo o que consumimos ou recebemos. Pagamos também por meio dos serviços públicos que deixamos de receber em razão do corte de gastos da Saúde, Educação, Segurança, Transporte, Saneamento, Cultura, Assistência Social, etc.

A Dívida Pública é o centro dos problemas nacionais.

A política econômica do país está orientada para privilegiar o pagamento de juros e amortizações dessa dívida, que consumiu R\$ 635 bilhões em 2010, que representam 45% dos recursos do Orçamento Federal. Enquanto isso, áreas sociais fundamentais receberam muitas vezes menos: Saúde apenas 3,91%, Educação 2,89%, Segurança bem menos de 1% (0,56%), e para a necessária Reforma Agrária quase zero (somente 0,16%).

Vivemos um grande paradoxo no Brasil:

Somos a 7ª maior Economia do Mundo, com imensas riquezas e potenciais. Por outro lado, somos um dos países mais injustos do mundo (10ª pior distribuição

de renda segundo o índice de Gini) e, vergonhosamente, o 73º em atendimento aos direitos humanos (segundo o IDH medido pela ONU), pois milhões de brasileiros ainda vivem na miséria, passam fome, e mais da metade da população sequer tem acesso a Saneamento Básico.

Ameaças da Dívida sobre Direitos Sociais:

A cada ano os gastos com a dívida aumentam pois os juros praticados no Brasil são os maiores do mundo e mais dívida está sendo emitida simplesmente para o pagamento dos juros. Em 2011, ao mesmo tempo em que o governo Dilma subiu os juros 5 vezes, promoveu corte de R\$ 50 bilhões no orçamento, subtraindo gastos sociais para garantir

o privilégio dos rentistas que detêm os títulos da dívida. Além disso, para pagar a dívida, o governo anunciou que fará Reforma da Previdência para instituir a idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e mulheres; está em andamento a Privatização da Previdência dos servidores públicos (PL 1992/2007), com a instituição dos Fundos de Pensão, apesar dessa fórmula estar falida em todo o mundo. O governo também propôs o congelamento dos salários dos servidores por 10 anos (PLP 549/2009) e restrição a novas contratações, o que já tem sido implementado na prática.

A POLÍTICA ECONÔMICA, MONETÁRIA E FISCAL É DEFINIDA EM FUNÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

QUEM GANHA?

Bancos, investidores e especuladores estrangeiros e detentores dos títulos da dívida lucraram com a elevação dos juros por 5 vezes em 2011 – em 19 de janeiro, 2 de março, 20 de abril, 7 de junho e 20 de julho.

Bancos e grandes empresas lucram muito com PRIVILÉGIOS TRIBUTÁRIOS e possibilidade de deduzir até despesas fictícias, como os juros sobre o capital próprio. Remessas de lucros para o exterior e lucros distribuídos são isentos de imposto. Exportações gozam de isenções e benefícios que acabam onerando os brasileiros que tem que pagar a conta. Estrangeiros são ISENTOS de Imposto de Renda sobre os ganhos com a dívida pública.

Em 2010 o Brasil ganhou 12 novos bilionários; 8 desses são banqueiros. O lucro dos bancos não pára de bater recordes a cada ano. Em 2010 alcançou R\$ 67 bilhões.

A partir de 1997, a União aplicou modelo de ajuste fiscal aos estados da federação, que teriam que privatizar seu patrimônio em troca de “renegociação” de suas dívidas. Os estados passaram a dever à União, que cobra altos juros dos estados - juros de 6% a 9% ao ano mais a inflação medida pelo IGP-DI – que a CPI da Dívida demonstrou ter provocado custo excessivo aos estados. Quem ganhou com isso foi o setor financeiro, que recebeu títulos da dívida interna federal como pagamento da dívida dos estados, sem nenhuma auditoria sobre esta dívida.

O Fundo do pré-sal não pode servir de lixo para papéis podres! A lei que regulamenta o Pré-Sal determina que os recursos do milionário Fundo Social serão destinados preferencialmente a investimentos no exterior. Todos sabemos da profunda crise financeira que abala Estados Unidos e Europa desde 2008, pois o mercado financeiro internacional está abarrotado de papéis podres que a imprensa chama de “ativos tóxicos”.

A criação de Fundos de Pensão para servidores públicos de todas as esferas – federal, estadual e municipal – e de todos os poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – trará incomensuráveis lucros ao sistema financeiro, que será o administrador das contribuições e não terá nenhuma responsabilidade com o pagamento de benefícios, pois a modalidade inserida na Constituição é de “contribuição definida”.

COM AJUSTE DE DILMA?

COM O MODELO TRIBUTÁRIO?

COM A MÁ DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA NACIONAL?

COM O “REFINANCIAMENTO” DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO?

COM A EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL?

COM A PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS?

É para privilegiar a Dívida Pública que quase metade dos recursos do Orçamento da União é reservada, prejudicando todas as áreas sociais. É para remunerar os detentores dos títulos da Dívida Pública que o Brasil paga os Juros mais elevados do mundo e não tem Controle de Capitais. A Política Econômica gira em torno da produção de “Superávit Primário” para dar tranquilidade aos rentistas. Por outro lado, pratica contingenciamento de gastos sociais

e realiza sucessivas Reformas neoliberais, tais como a da Previdência, Privatizações, etc. A Dívida Pública condiciona a Política Monetária, ditando Metas de “Inflação” que têm servido para justificar sucessivos aumentos dos Juros. A Política Fiscal também se submete ao privilégio da dívida: aplica elevada carga tributária ao cidadão que não recebe o retorno em bens e serviços públicos.

QUEM PERDE?

A sociedade que depende dos serviços públicos pagará o preço do corte brutal de R\$ 50 bilhões realizado por Dilma. Esse corte atinge todas as áreas sociais (Saúde, educação, reforma agrária, etc). Concursos públicos foram suspensos. Anunciada “necessidade” de nova reforma da previdência que adia o direito à aposentadoria. Congelamento de salários de servidores públicos.

A sociedade paga pesada carga: trabalhadores pagam Imposto de Renda de até 27,5%, e não podem deduzir despesas efetivas como aluguel e medicamentos. Bens essenciais à sobrevivência carregam pesados tributos indiretos em seu preço: alimentos, energia, medicamentos, combustíveis, transporte, telefonia, e o consumidor nem sabe quanto imposto está pagando. A tabela de cálculo do imposto de renda de pessoa física ainda tem defasagem de 54%, onerando o trabalhador que teve mera atualização salarial.

A concentração de renda no Brasil é a grande responsável pelas desigualdades sociais que transformam o Brasil em um dos países mais injustos do mundo. A maior parcela da população está cada vez mais empobrecida devido a cortes de Direitos; baixo Salário Mínimo, sem aumento real; reformas neoliberais como a da Previdência que adia o direito à aposentadoria, apesar de aparente e ilusória melhoria devido ao Bolsa Família e acesso a produtos baratos.

O pagamento da dívida dos estados consome grande parte da Receita dos estados, forçando cortes de gastos em saúde, educação, transporte, dentre outros. Para pagar essa dívida, os estados cobram elevado imposto indireto - ICMS - que penaliza toda a sociedade, principalmente os mais pobres.

A maioria das jazidas do Pré-sal já foi leiloada para empresas estrangeiras, o que representa entrega de nosso patrimônio, dando continuidade às PRIVATIZAÇÕES. Grande propaganda foi feita sobre as “riquezas do pré-sal”, mas se não houver afiado acompanhamento cidadão, essas riquezas podem virar “lixo”. A sociedade precisa se mobilizar e acompanhar essas aplicações do Fundo Social. Além disso, é preciso debater sobre o alarmante risco ambiental.

A segurança futura dos servidores públicos estará colocada em investimentos de risco, o que sequer possui lógica semântica. O benefício futuro dependerá exclusivamente das regras de mercado, tendo em vista que a Reforma de Lula em 2003 inseriu na Constituição Federal que a modalidade de previdência complementar terá “contribuição definida”. O PL 1992 que regulamenta essa parte da Reforma de Lula significa a PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA DO SETOR PÚBLICO e transfere para fundos de pensão o futuro dos servidores. Desde o início da crise financeira de 2008, diversos e importantes fundos de pensão nos Estados Unidos e Europa quebraram. Na América Latina também são inúmeros os casos de quebra.

As Dívidas Interna e Externa já somam R\$ 3 Trilhões

DE ONDE VEM ESSA DÍVIDA?

A Dívida Pública Brasileira cresceu em decorrência de mecanismos meramente financeiros, sem contrapartida em bens e serviços ao país, e também em decorrência de operações obscuras. A história da dívida tem sido uma verdadeira Caixa preta. A Auditoria Cidadã da Dívida e entidades da sociedade civil participaram ativamente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública e marcaram um gol: tiveram acesso a documentos que começam a jogar luz sobre nossa história. Agora as investigações devem ser aprofundadas pelo Ministério Público.

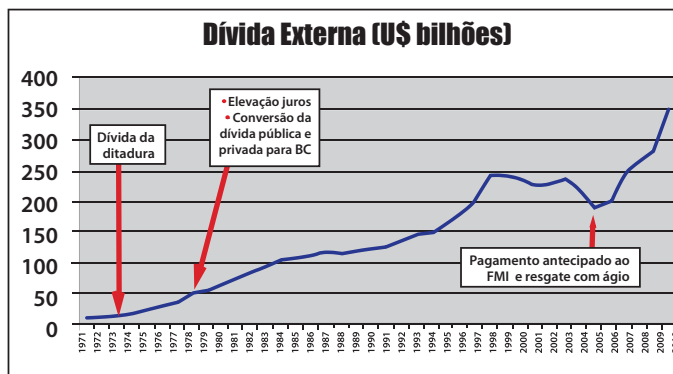
A CPI da Dívida foi uma iniciativa do Deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP), e funcionou de agosto de 2009 a maio de 2010. A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida - Maria Lucia Fattorelli - foi requisitada para assessorar a CPI, devido à experiência adquirida durante a auditoria oficial da dívida do Equador; trabalho que embasou ato soberano do Presidente Rafael Correa que anulou 70% da dívida externa equatoriana em títulos, possibilitando aumento de investimentos sociais, principalmente em Saúde e Educação, novas rodovias e o resgate da cidadania.

No Brasil, a CPI também indicou documentos e provas de ilegalidade e ilegitimidade, mas faltou vontade política para o enfrentamento do que representa o maior problema nacional. Toda a documentação foi entregue ao Ministério Público Federal para o aprofundamento das investigações.

A CPI comprovou que a Dívida Externa atual se originou na década de 70: a ditadura militar, bancos e empresas privadas tomaram empréstimos com taxas de juros internacionais que eram controladas pelos próprios bancos credores. A partir de 1979 as taxas saltaram de 5 ou 6% para 20,5%. Dessa forma, a dívida se multiplicou,

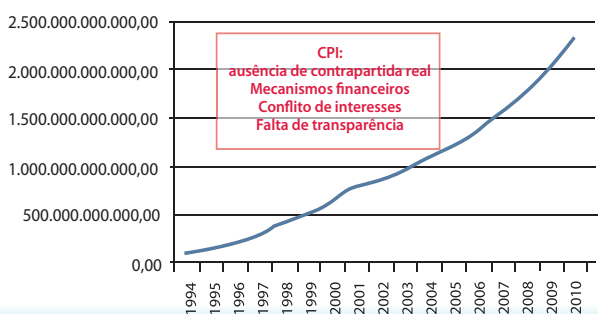
provocando uma crise. Nos anos 80, o Banco Central assumiu tanto a dívida externa pública como também a dívida externa privada. Há fortes indícios de nulidade nessa transferência de dívida para o Banco Central, que depois foi transformada em títulos ou bônus Brady em 1994, títulos que depois serviram como moeda para pagar as empresas estratégicas e lucrativas submetidas ao processo de privatização a partir de 1996.

Desde 1983 o FMI passou a exercer nefasta interferência em assuntos internos do Brasil, agindo sempre em defesa dos credores privados. Em 2005, o Brasil pagou antecipadamente a dívida com o FMI mediante a emissão de novas dívidas interna e externa com juros ainda maiores dos que eram pagos ao FMI, ou seja, NÃO PAGAMOS A DÍVIDA; ela simplesmente mudou de mãos e em condições mais onerosas. A CPI apurou que o Brasil tem comprado antecipadamente títulos da dívida externa. Ao invés de pedir desconto pela antecipação do pagamento, foi pago elevado ágio que superou 60% em determinadas operações!!!



acelerado da dívida interna, provando que este endividamento tem uma origem meramente financeira, sem contrapartida em termos de desenvolvimento social e econômico. Importante ressaltar que a aplicação de "juros sobre juros" ("anatocismo") já foi considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal. A CPI apontou uma série de indícios de ilegalidades: anatocismo, contabilização irregular de parte dos juros como se fossem amortizações, conflito de interesses na definição das taxas de juros, sucessivos danos ao patrimônio público nas operações de mercado aberto e burla à Constituição Federal. **A sociedade que paga essa conta merece ter acesso à VERDADE. AUDITORIA JÁ!**

Dívida Interna (R\$)



Fonte: Banco Central - Nota para a Imprensa - Política Fiscal - Quadro 35

A Dívida Interna na verdade é externa também, pois grande parte dos títulos da dívida brasileira é adquirida por estrangeiros que aqui encontram a maior taxa de juros do mundo, liberdade de capitais e isenção tributária. Conforme reconheceu o Relatório Final da CPI, aprovado pela base do governo e pelo PSDB, as altas taxas de juros foram a principal causa do crescimento

ACOMPANHE AS NOTÍCIAS DIÁRIAS COMENTADAS SOBRE A DÍVIDA

Nosso site www.divid-auditoriacidada.org.br divulga diariamente comentários sobre as principais notícias e acontecimentos relacionados ao tema do endividamento. Confira! **Organize um Núcleo da Auditoria Cidadã em seu Estado ou Cidade.** Contate-nos: Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida: SAS, Quadra 5, Lote 7, Bl. N, 1º andar Brasília/ DF - Cep: 70070-939 - Ed. OAB Fones: (61) 2193-9731 (61) 8147-1196 auditoriacidada@terra.com.br